

A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS LEITORES.

Francisco de Paula Araújo – chico_val@yahoo.com.br
Lilian Cristina. da S. R. Casimiro – lilian.casimiro@gmail.com

Eixo Temático: A articulação política dos profissionais da informação em movimentos sociais.

Apresentação: Oral

INTRODUÇÃO

Inúmeros estudiosos da área da leitura têm publicado artigos, livros e trabalhos em congressos, como o Congresso de Leitura do Brasil (COLE), mas, não se localiza discussões sobre ações extensionistas, realizadas por universidades brasileiras voltadas a mesma. Gurgel (1986), no entanto, aponta a extensão universitária como o elemento de ligação entre a instituição de ensino superior e a sociedade em que se insere.

Por meio da extensão universitária se concretiza a possibilidade de interferência e mudança social na vida de um indivíduo, quando aliada à leitura, exerce uma valiosa influência social. O hábito da leitura não nasce com o indivíduo. Para tal, é necessário, para formar leitores em uma comunidade, que sejam implementados projetos de extensão universitária. Cabe ao bibliotecário, nos projetos ligados à construção do hábito de ler, empregar diversas técnicas de incentivo à leitura nas comunidades participantes.

Pretende-se mostrar como esses projetos voltados à leitura de textos recreativos, informativos e/ou formativos podem auxiliar na formulação de perguntas e respostas de questões e, ajudá-los na formação de um indivíduo, seja criança ou jovem, transformando-os em cidadãos críticos, capazes de dominar

problemas éticos, sociais, políticos e culturais. Tem-se conhecimento que a leitura além de amadurecer o pensamento do ser humano, deve ser usada como um instrumento de relaxamento e diversão atuando também no aprimoramento da linguagem, da expressão e do vocabulário, mostrando-se enfim, fundamental para o desenvolvimento cultural de um povo.

Espera-se que esta pesquisa seja relevante para estudantes de graduação em Biblioteconomia e Pedagogia, para crianças e jovens, professores, sociólogos e, por fim, para os bibliotecários, pois, pretende mostrar, como o acesso à leitura em comunidades desfavorecidas pode transformar um indivíduo em leitor crítico, mais amadurecido do ponto de vista mental, inclusive, incentivado a ler desde pequeno para se transformar em um leitor que lê com prazer e não como uma “obrigação”.

2 O QUE É EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?

A extensão universitária é a possibilidade que o estudante tem de colaborar com a nação, socializando o conhecimento, estreitando as barreiras existentes entre a comunidade e a universidade. Trata-se do relacionamento entre a teoria e a prática, ou seja, faz com que o conhecimento ultrapasse as salas de aula, indo além, permitindo o aprendizado também pela aplicação, fazendo e praticando (SILVA¹, 1996).

Segundo Silva (1996), a extensão universitária atua na realidade como:

Uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela influxos positivos como retroalimentação tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprendendo com o saber dessas comunidades. Ocorre, na realidade uma troca de conhecimentos, em que a universidade

¹ Palestra proferida no II Simpósio Multidisciplinar "A Integração Universidade-Comunidade", em 10 de outubro de 1996.

também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. A universidade, através da Extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio.

A extensão universitária revela-se como uma obrigatoriedade constitucional disposta no artigo 207, da Constituição Brasileira. Declara que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e da gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

O conceito de Extensão definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras de 2001 sobressai que:

A extensão universitária é o processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade docentes e discentes terão um aprendizado que submetido à reflexão teórica, seria acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados /acadêmico e popular, terá como consequência a mudança de conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atenção da universidade (FORUM, 2001)

Por meio da Extensão a Universidade vai até a comunidade, ou a recebe em seu “campus”, disseminando o conhecimento de que é detentora. Verifica-se que “é uma forma de a universidade socializar e democratizar o conhecimento, levando-o aos não universitários (SILVA, 1996)”.

Neste contexto, entende-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Pela *pesquisa*, são produzidos novos conhecimentos que vão ser passados em sala de aula através do *ensino*. Paralelamente, a *extensão* divulga o conteúdo aprendido à comunidade, prestando-lhe os serviços e a assistência e por fim, utiliza esse contato com a sociedade para coletar dados e informações para,

assim, realizar estudos e pesquisas. Assim, a universidade ao comunicar-se com a realidade local, regional ou nacional tem a possibilidade de renovar constantemente a sua própria estrutura, currículos e suas ações, criativamente, conduzindo-os para atender a verdadeira realidade do país (SILVA, 1996).

A Extensão Universitária representa, também, um processo de avaliação institucional ao mostrar a imagem da universidade para a sociedade na qual está inserida. Essa imagem poderá ser boa ou ruim. É a ação extensionista que identifica a maneira como a Instituição de Ensino Superior (IES) trata a população com quem interage ao executar o que está anunciado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que estabelece no artigo 43 – VI, como missão da educação superior: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente em particular os nacionais e regionais, bem como prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade”. No parágrafo seguinte do mesmo artigo, menciona que essa prestação de serviços se implementa ao promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Pelos documentos consultados, parece inegável a oportunidade que a Extensão Universitária oferece aos alunos universitários, de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. A possibilidade de ensino-aplicação é uma maneira bem planejada de preparar seus profissionais não apenas com a teoria, mas complementando a formação com a estratégia do ensino-aplicação, onde mostra que o verdadeiro conhecimento só é adquirido com a execução desses dois elementos (SILVA, 1996).

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA

A Extensão Universitária na América Latina teve a sua origem em Córdoba, na Argentina, em 21 de junho de 1918, quando estudantes elaboraram

um manifesto reivindicando a abertura e a atenção da Universidade para as questões sociais assim como para o regime de dominação colonial em que os latinos viviam (GURGEL, 1984).

Esses alunos lutavam por uma reforma universitária e suas reivindicações representavam os discentes e a participação nos órgãos diretores, gratuidade de ensino, autonomia universitária, ingresso público para carreira docente, eleição dos dirigentes através de assembléias com participação estudantil e docente. Desejavam um novo papel para a Universidade, voltada para a ciência, para o novo. Não importava um país submetido, colonizado, que não produzisse e que só importava o conhecimento (RIBEIRO, 1990).

Esse movimento universitário de Córdoba lutava não só por questões estudantis, mas também, pela capacidade da burguesia fazer da Argentina um país soberano, inclusive na disseminação do conhecimento. Esse Manifesto defendia um ensino laico, a universidade dando liberdade de criação e incentivando ao debate, a ciência desvinculada da Igreja, democrática e gratuita (ANDRADE; LINARES, 2007).

Segundo Gurgel (1984), para esses estudantes, os recursos pacíficos estavam esgotados, ou se procurava uma saída, ou se paralisava a sociedade.

Na Argentina, sob a presidência de Hipólito Yrigoyen, o país passou por uma renovação política com a ascensão ao Governo Nacional da União Cívica Radical. Naquela ocasião, os estudantes da Universidade de Córdoba se insurgiram em razão da província estar dominada pela:

Antiga classe letrada que junto ao clero instruído e com os funcionários públicos exercia o domínio espiritual na província. Em um país cujas universidades eram os centros de discussão, crítica, elaboração e reprodução do discurso da modernidade, a Universidade de Córdoba, se exilava dos impulsos do mundo moderno. (...) fundada em 1613 pelos jesuítas, ademais de ostentar o prestígio de ser a primeira universidade estabelecida na Argentina, mantinha em sua estrutura de poder e na organização dos estudos e conteúdos os princípios de sua fundação, apesar de desde 1858 ter passado a depender administrativamente do governo nacional (VINÍCIUS, 2008).

Contra esta tríplice aliança formada pelo governo, clero e sociedade, se levantaram os estudantes cordobeses. Seu Manifesto, distinto e contundente ainda é lembrado e seguido por muitos, inclusive o Brasil

A extensão universitária, no documento de Córdoba, é mostrada como um fortalecimento da Universidade, ao incentivar a cultura universitária à sociedade e por sua preocupação com os problemas nacionais.

Segundo Benheim (1978), na extensão, as atividades relacionadas à missão social, levavam o estudante a:

Familiarizar-se com os problemas de seu meio de entrar em contato com o povo, mas também, de devolver em forma de serviços parte do benefício que significa pertencer a uma minoria privilegiada, que tem acesso a uma educação superior, em última instância pago pelo esforço de toda a comunidade”.

Na prática, a missão social nem sempre se concretizou, ficando na maioria das vezes somente na teoria. Do Manifesto em diante, os assuntos relacionados à missão social da Universidade passaram a fazer parte dos discursos oficiais e das propostas dos segmentos componentes da estrutura universitária. Os estudantes abriram espaço para uma Universidade mais crítica e suas idéias foram importantes não só nesta época, mas influenciaram a educação superior em diante, ultrapassando a Argentina. Atualmente, sabe-se que qualquer experiência de extensão universitária foi herdada deste movimento (GURGEL, 1986).

Em 1918, os estudantes argentinos mostraram para toda a América Latina o problema da autonomia da universidade e das questões ligadas aos problemas de desenvolvimento da nação, inspirando estudantes e educadores de todo o continente, inclusive do Brasil.

4 A IMPORTANCIA DA LEITURA E DOS PROJETOS DE EXTENSÃO VOLTADOS À ELA

Constata-se que ler é uma ação executada através da leitura e, que o agir constantemente desta ação leva ao hábito. Salomon (2004), enfatiza que “a leitura não é simplesmente o ato de ler. É uma questão de hábito ou aprendizagem [...]”

Para iniciar a construção do hábito de ler é preciso que se experimente e aprove a leitura. Porém, para que isso ocorra, o ato de ler deve ser espontâneo e não encarado como uma obrigação. Precisa ser inserido na vida da pessoa ainda quando criança. Percebe-se que no Brasil, o incentivo da leitura não é uma prática constante, daí a importância dos projetos de extensão universitária que incentivam este hábito em comunidades onde há carência desta atividade.

É na infância pré-escolar que se formam as atitudes fundamentais diante do livro. A criança que toma contato com o livro pela primeira vez ao entrar na escola, costuma associar a leitura com a situação escolar, principalmente se não há leitura no meio familiar. Se o trabalho escolar é difícil e pouco compensador, a criança pode adquirir aversão pela leitura e abandoná-la completamente quando deixar a escola. É conveniente então que o livro entre para a vida da criança antes mesmo da idade escolar e passe a fazer parte de seus brinquedos e atividades cotidianas. (BARKER E ESCARPIT)

Alguns autores, ainda destacam a leitura como:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989).

Ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa poder ter acesso a essa escrita, significa

construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se é. (FOUCAMBERT, 1994).

A leitura é um ato de abertura para o mundo. A cada mergulho nas camadas simbólicas dos livros, emerge-se vendo o universo interior e exterior com mais clareza. Entra-se no território da palavra com tudo o que se é e se leu até então, e a volta se faz com novas dimensões, que levam a re-inaugurar o que já se sabia antes (RESENDE, 1993).

No Brasil, apenas 1, 8 livros são lidos por ano, enquanto há países que chegam a 5, 7, 10 e até mesmo 15. Esse índice se dá em grande parte pelos analfabetos que formam uma maioria em nosso país, além dos analfabetos funcionais, que se constituem daquelas pessoas que sabem ler e escrever, mas não entendem o que estão lendo e muito menos conseguem escrever um texto com um mínimo de coerência. (SIQUEIRA, 2009). O objetivo maior ao proceder à leitura de uma determinada obra consiste em “[...] aprender, entender e reter o que está lendo (MAGRO, 1979)”. Pergunta-se, como é possível aprender outras disciplinas e tornar-se um cidadão consciente se a compreensão da leitura é deficiente?

Então, crianças que possuem pais leitores têm mais chance de ter o hábito da leitura desenvolvido. Mas, é inegável que a sociedade em que se vive não possui um número expressivo de pessoas que praticam a leitura. Pela falta de incentivos e também, pelos altos preços atribuídos aos livros. Por conta disso, a escola acaba sendo o local de leitura das crianças, mesmo não sendo o ideal, pois está relacionada à prática da leitura obrigatória por meio de provas. Constata-se diante disso que a elaboração de projetos sociais que incentivem a leitura infantil e juvenil é de extrema importância. Criação de bibliotecas comunitárias ou atividades em locais de pouco incentivo à leitura como orfanatos, institutos, etc., onde não há atividades estimulantes de incentivo à leitura é um projeto que deve ser mais constante em universidades brasileiras que possuem o curso de Biblioteconomia. Tanto para ajudar as crianças do nosso país a se tornarem cidadãs leitoras, que lêem o seu mundo e questionam-no, como, enriquecer o currículo do estudante de Biblioteconomia, que aprende na prática a teoria dada

em sala de aula. É desejoso e necessário que os discentes e docentes das universidades se interessem mais por esta prática social, que sejam mais participativos.

O exercício da leitura se faz presente na vida de uma pessoa desde o momento em que ela começa a "compreender" o mundo à sua volta. No incessante desejo de decifrar e interpretar o sentido das coisas que as cerca, de perceber o mundo sob diversas perspectivas, de relacionar a realidade ficcional com a que vive, no contato com um livro, enfim, em todos estes casos está, de certa forma, lendo - embora, muitas vezes, não se dê conta (FREIRE, 1989).

Zilberman (1985), declara que as relações que o ser humano tem com o mundo são de descobertas, conhecimento, crítica e transformação. Ele como um ser pensante, não pode se constituir em um mero observador de seu tempo. Precisa conhecer para criticar e, então, transformar. Tarefas estas, feitas com o auxílio da leitura. Neste sentido, entende-se que o homem não apenas está no mundo, mas com o mundo. Esse processo de interação implica em Comunicação. Acontece a partir do momento em que se está ligado à realidade. Logo, a ação de ler caracteriza toda a relação racional entre o indivíduo e o mundo que o cerca. A importância dessa relação do homem com o mundo (comunicação) também aparece traduzida nas palavras de Ezequiel Teodoro da Silva (1981) “ Existo e ganho minha individualidade à medida que desvelo e vivencio o plexo de significados, atribuído ao meu mundo, pelos outros e por mim”.

Segundo Bamberger (1986), as possibilidades que a leitura traz para o indivíduo se classificam em:

- *Pessoal*, pois se considera o enriquecimento cultural, o acesso ao saber acumulado e o prazer/ lazer que propicia;
- *Econômico- social*, ao se observar a maior chance de qualificação profissional e ascensão social;

- *Política*, ao se pensar que um homem crítico e atuante, cidadão emancipado, é um indivíduo que lê o seu mundo.

A leitura representa uma possibilidade de libertação do ser humano, por isso precisa ser tida como um direito inalienável. Ele vai se sentir liberto quando conseguir exercer esse direito, portanto, emancipando-se.

A Wikipédia (2006) aponta o ato de ler como benéfico à saúde mental, pois é uma atividade neuróbica. Faz reforçar as conexões entre os neurônios. Destaca que ainda não inventaram melhor exercício para a mente do que ler com atenção e refletir sobre o texto.

5 CONCLUSÃO

Constata-se, com essa pesquisa, que os projetos de extensão universitária são muito importantes para os alunos das universidades brasileiras, docentes envolvidos e a comunidade atendida. Todos saem lucrando com a troca de saberes que esta atividade proporciona. Os projetos de incentivo à Leitura são extremamente necessários em nossa sociedade, já que não se tem a prática enraizada em nosso país. Precisa-se que se tenham mais incentivos financeiros, materiais e, mais discentes e docentes envolvidos com essa prática, pois, agrega valor moral aos envolvidos, assim como a Universidade que, assegura novas parcerias e, torna-se divulgada e reconhecida por outras instituições.

6 REFERENCIAS

ANDRADE, Everaldo; LINARES, Alexandre. **Manifesto de Córdoba:** Federação Universitária de Córdoba. Coleção Cadernos da Juventude Revolução. Disponível em: www.juventuderevolucao.org/2007/caderno_cordoba_brochura.pdf. Acesso em 21 set.2008.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura.** São Paulo: Ática, 1986.

BARKER, Ronald E. ; ESCARPIT, Robert. **A fome de ler.** Rio de Janeiro: FGV, 1975.

BERNHEIM, Carlos Tunnermann. **El nuevo concepto de extensión universitária.** México, Universidade Autónoma do México, 1978.

BRASIL, Artigo 207 da **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** sobre o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> acesso em 6 out 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, n.248, 23 dez.1996.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão** (1999-2001). Brasília. SESU/MEC, 1999.

_____. **Documento Universidade Cidadã.** Mimeo, 1998.

_____. **Cadernos de Extensão Universitária.** Ano 1, nº 4, 1995.

_____. **Cadernos de Extensão Universitária.** Ano 2, nº 7, 1996.

_____. **Cadernos de Extensão Universitária.** Ano 3, nº 1, 1997.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus: Editus, 2001.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 24 v.(Coleção o mundo hoje).

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 1989

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez : Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

MAGRO, M. C. **Estudar também se aprende**. São Paulo: EPU, 1979.

RESENDE, Vânia Maria. **Literatura infantil e juvenil. Vivências de leitura e expressão criadora**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1993.

RIBEIRO, Darci. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **O jovem, a leitura e a cidadania: há pedras no meio desse caminho?** <disponível em: extranet.anj.org.br/palestras/cbj2006/ezequiel_theodoro_dasilva.ppt > acesso em 23 dez 2008.

_____. **O ato de ler; fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. São Paulo: Autores Associados, 1981.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão universitária?** <Disponível em <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html> > acesso em 01 set, 2008.

SIQUEIRA, Jack. **A leitura no Brasil**. Disponível em: <http://www.vivaleitura.com.br/noticia_show.asp?id_noticia=170>. Acesso em: 20 mar. 2009.

VINÍCIUS, Paulo. **90 anos da revolta de Córdoba e a nova hora americana**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=38543>>. Acesso em: 22 set. 2008.

WIKIPÉDIA. **Leitura**. Disponível em: <http://wikipedia.org/wiki/Leitura>. Acessado em 20/12/2008.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **Literatura infantil brasileira. História & Histórias.** São Paulo: Ática, 1985.